

João Pessoa, PB, 16 a 22 de março de 2015 - nº 12 - Ano XVIII

## Audiência Pública na ALPB debate o reajuste dos servidores

O Fórum dos Servidores Públicos participará, nesta quarta-feira (25), às 15h, da audiência pública, na Assembleia Legislativa para discutir o índice de reajuste salarial de 1% implantado em janeiro pelo governo do Estado. Outras questões do serviço público também estarão na pauta.

A audiência pública, propositura do deputado Janduhy Carneiro (PTN), é resultado da pressão dos servidores públicos que, dia 11 último, promoveram protestos em todo o Estado, com ato público em frente à ALPB, e no mesmo dia uma Comissão foi recebida e teve o requerimento de audiência aprovado.

## Serviço público estagnado

Os servidores públicos vão também à Assembleia Legislativa denunciar o estado em que se encontra o serviço público que tem sido abandonado e sucateado desde o início do primeiro governo de RC.

Setores importantes como saúde, educação e segurança estão à beira do colapso, numa lamentável situação nunca vista antes na história da Paraíba.

Nos últimos quatro anos, o Fórum dos Servidores vem denunciado a precariedade dos serviços oferecidos à população, mesmo com o empenho do servidor para atender bem aos usuários.

## Descaso com o Fisco

Reiteradas vezes, a diretoria do Sindifisco-PB cobrou melhorias, porém existem problemas gravíssimos que se avolumam no Fisco, sem que o Governo apresente uma solução eficiente.

Com isso, auditores fiscais continuam enfrentando dificuldades como falta de segurança, pessoal de apoio, condições de trabalho e avarias na estrutura física dos prédios. Quanto à falta de segurança, o descaso e a omissão do governo podem culminar numa tragédia. Há dias, no Posto Fiscal de Guaju, um caminhoneiro foi atingido por um disparo de arma de fogo durante assalto.

Na tentativa de resolver os problemas, o Sindifisco-PB encaminhou denúncia ao Ministério Público do Trabalho, na certeza de que órgão averiguará os casos e adotará as medidas cabíveis.

## Campanha pela PEC 186

A Fenafisco, vem empreendendo uma campanha nacional em defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, PEC 186, em tramitação no Congresso Nacional. A PEC define a autonomia administrativa, financeira e funcional da Administração Tributária dos Fiscos Estadual, Federal e Municipal.

Com a campanha, em curso também junto aos parlamentares, a Fenafisco esclarece à sociedade aspectos relevantes da matéria e os benefícios para o País, como o combate à sonegação fiscal, à corrupção e o fim da ingerência política nas atividades da Administração Tributária. A PEC pode gerar R\$ 300 bilhões a mais aos cofres da União, dos Estados e Municípios, sem que o cidadão seja prejudicado com o aumento de impostos ou arrocho fiscal. **Acesse: [www.fenafisco.org.br](http://www.fenafisco.org.br).**

## Famílias sem pão e leite

O deputado estadual Tovar Correia denunciou, na Assembleia Legislativa, que o governador Ricardo Coutinho reduziu, drasticamente, o número de famílias atendidas pelo Programa Pão e Leite, que já beneficiou, no passado, mais de 120 mil famílias.

Segundo o parlamentar, o Programa, implantado em 2003 no governo José Maranhão, injetava mensalmente na economia do Estado R\$ 7, 5 milhões, envolvendo cerca de 7,5 mil pequenos produtores. Tovar alegou que “além de oferecer alimento para famílias mais carentes, o Programa também fortalecia o setor da pecuária pastoril e incentivava o investimento em tecnologias e aperfeiçoamento genético”.

## Perseguindo o Fisco

O auditor fiscal e diretor do Sindifisco-PB, Amadeu Robson, foi removido da Gerência de Tributação e posto à disposição da 1ª Gerência Regional, cujo gerente o designou para trabalhar no município de Juripiranga.

A categoria fiscal acredita que o ato decorre da crítica que o colega faz ao Governo e à própria gestão da SER. A remoção configura-se uma retaliação, pois o Secretário da Receita, Marialvo Laureano, além de não resolver os problemas da sua Pasta e, igualmente ao Chefe do Executivo, é avesso às críticas, tenta calar a voz de quem ouse discordar da gestão, ferindo o direito à liberdade de expressão, garantia constitucional.

O Sindifisco-PB encaminhou ofício para o Secretário, Marialvo Laureano, solicitando a revogação do ato e, junto com a categoria, espera que a Secretaria repense a postura de confronto com o Fisco, pois ninguém ganha com atos assim e o maior prejuízo é para a sociedade.

## Apoio às lutas

O Sindifisco-PB está solidário aos profissionais da saúde e da educação, de Cabedelo e João Pessoa, que estão em greve por garantias de direitos.

Filiado, declare seu Imposto de Renda usando os serviços oferecidos na sede do Sindifisco-PB ou na sucursal, em Campina Grande.